APRESENTAÇÃO:

DOSSIÊ DIREITOS HUMANOS, FUNÇÕES DA CIDADE, TRANSFORMAÇÕES E CONFLITOS SOCIO-TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

PRESENTATION:

DOSSIER ON HUMAN RIGHTS, FUNCTIONS OF THE CITY, TRANSFORMATIONS AND SOCIO-TERRITORIAL CONFLICTS IN THE AMAZON

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

DOI: 10.12957/rdc.2023 | ISSN 2317-7721

É com grande satisfação que apresentamos o dossiê intitulado "Direitos Humanos, Funções da Cidade, Transformações e Conflitos Socio-Territoriais na Amazônia", resultado de uma parceria entre a Revista de Direito da Cidade (ISSN 2317-7721), publicação eletrônica trimestral de professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), indexada no *Emerging Sources Citation Index* (ESCI) da *Web of Science*™ e classificada pela CAPES/MEC como Qualis A1, e o Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Este projeto conjunto foi coordenado pelos renomados professores e pesquisadores: Profª Drª Aparecida Luzia Alzira Zuin, Prof. Dr. Delson Fernando Barcellos Xavier, Profa. Dra. Thais Bernardes Maganhini e Prof. Dr. Maurício Motta.

Neste dossiê, reunimos uma seleção de artigos de alta qualidade que abordam questões cruciais relacionadas aos direitos humanos, às funções urbanas, às transformações e aos conflitos socio-territoriais na Amazônia.

A região amazônica é amplamente reconhecida por sua vasta biodiversidade e importância ecológica. No entanto, essa região enfrenta uma série de desafios complexos, que são minuciosamente explorados no dossiê "Direitos Humanos, Funções da Cidade, Transformações e Conflitos Socio-Territoriais na Amazônia". Este conjunto de artigos revela que a Amazônia é um espaço onde a interação entre aspectos ambientais, sociais e econômicos é evidente e intrincada.

Um dos temas centrais abordados no dossiê é a questão da sustentabilidade amazônica. Os estudos destacam que a região amazônica, apesar de sua riqueza natural, enfrenta ameaças significativas, como o desmatamento, a mineração ilegal e a exploração desenfreada de recursos naturais. O desafio crucial aqui é encontrar um equilíbrio entre a preservação ambiental e o uso responsável dos recursos disponíveis. Isso não apenas visa proteger a rica biodiversidade da Amazônia, mas também garantir que os serviços ecossistêmicos essenciais sejam mantidos para o benefício de todos.

Outro ponto de destaque é a necessidade de promover um desenvolvimento econômico que seja ecologicamente sustentável e que contribua para o bem-estar das comunidades locais. Os estudos enfatizam a importância de evitar práticas predatórias e garantir uma distribuição justa dos benefícios gerados pelo uso dos recursos naturais da região. Essa abordagem aponta a discussão para proteger não apenas o meio ambiente, mas também, assegurar que as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas

e outras, que têm uma relação profunda com a floresta, com os rios, fauna e flora, não sejam prejudicadas pelas mudanças no ecossistema.

Além disso, o dossiê destaca a importância dos direitos humanos na Amazônia, especialmente no contexto das comunidades mencionadas anteriormente. Os estudos exploram os desafios de garantir que essas comunidades tenham seus direitos respeitados, ao mesmo tempo em que promovem a inclusão social, reconhecem a riqueza de suas tradições e conhecimentos ancestrais e tenham o devido e reconhecido acesso à Justiça social. Essa abordagem visa a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos e todas que vivem neste local.

O artigo com título “Desigualdades em Rondônia: Expulsões, Assassinatos e a Criminalização nos Conflitos por Terra”, a pesquisa analisa as desigualdades em Rondônia, destacando os conflitos por terra, expulsões e assassinatos, bem como a consequente criminalização de comunidades locais. Daí, a importância de reconhecer a intensa e trágica realidade dos conflitos agrários na região, que revelam como as disputas por terra resultam em violência e criminalização dos movimentos sociais pelo direito à terra; destacando a urgente necessidade de soluções justas e pacíficas.

Com o tema “Judicialização da saúde pública no estado de Rondônia: seu panorama e a visão dos atores que experenciam fenômeno”, este artigo investiga a judicialização da saúde pública, examinando seu panorama e ouvindo as perspectivas dos atores envolvidos, especificamente, em Rondônia. A judicialização da saúde, enquanto fenômeno crescente, evidencia um ponto crítico na interseção entre direitos humanos e acesso à saúde. Essa tendência reflete o recurso ao Poder Judiciário por indivíduos buscando garantir o direito à saúde, frequentemente em resposta a falhas ou lacunas nas políticas públicas de saúde. Embora reafirme o reconhecimento da saúde como um direito humano essencial, essa prática também levanta questões sobre equidade, eficiência e sustentabilidade dos sistemas de saúde. Desafia-se a encontrar um equilíbrio entre a resposta imediata às necessidades individuais e a formulação de políticas de saúde pública abrangentes e acessíveis.

O artigo intitulado como ”Using Automated Accessibility Metering Tools in Transparency Rankings in Brazil” apresenta a utilização de ferramentas automatizadas de medição de acessibilidade em classificações de transparência no Brasil. Essa abordagem inovadora destaca a importância de tecnologias inclusivas na avaliação de como instituições públicas brasileiras promovem transparência acessível a todos os cidadãos.

DOI: 10.12957/rdc.2023 | ISSN 2317-7721

Outro importante estudo trata sobre “Perspectives de la Protection de l'Environnement dans l'Amazon Occidental” e oferece uma análise das contradições na lei de licenças ambientais e no sistema de proteção das unidades de conservação de natureza na Amazônia Ocidental. O tema ressalta a necessita de proteger este ecossistema vital, debatendo estratégias e desafios, especialmente na interseção entre desenvolvimento sustentável e direitos dos povos originários locais.

A pesquisa sobre as “Cidades e Rodoviarismo na Amazônia Ocidental: Análise das Dinâmicas Territoriais de Lábrea (Amazonas)” investiga as dinâmicas territoriais de Lábrea, Amazonas, em relação ao desenvolvimento das cidades e ao sistema rodoviário na Amazônia Ocidental. Nesse contexto, aborda uma questão crítica: o impacto do desenvolvimento rodoviário sobre as cidades nesta região biodiversa. Enquanto as rodovias podem trazer desenvolvimento econômico e melhorar a conectividade, elas também levam a desafios significativos. Na Amazônia, o rodoviarismo frequentemente resulta em desmatamento acelerado, perda de biodiversidade, e impactos adversos nas comunidades locais e indígenas. Além disso, a expansão rodoviária pode levar a um planejamento urbano focado em veículos, em detrimento de soluções de transporte sustentáveis e da qualidade de vida urbana. Portanto, é crucial equilibrar crescimento e conservação.

O artigo intitulado Regularização Fundiária Urbana: Reflexões Sobre o Direito à Moradia em Pimenta Bueno/RO reflete sobre a regularização fundiária urbana e o direito à moradia em Pimenta Bueno, Rondônia. O tema coloca em foco um dos aspectos críticos da justiça social e do desenvolvimento urbano na região. A regularização fundiária é fundamental para garantir o direito à moradia, essencial para a dignidade humana. Ela envolve a legalização de assentamentos informais e a garantia de posse da terra para seus habitantes. Este processo não apenas proporciona segurança jurídica, mas também facilita o acesso aos serviços básicos e de infraestrutura. Contudo, enfrenta desafios complexos, incluindo burocracia, resistência política e a necessidade de equilibrar interesses privados com o bem-estar coletivo.

Com título “Cidades Amazônicas no Período da Borracha”, outro relevante texto, apresenta a breve e trágica história de Santo Antônio do Madeira, explorando as cidades amazônicas durante o auge da borracha. As cidades amazônicas durante o período da borracha, no final do século XIX e início do XX, vivenciaram uma grande transformação. Este foi um tempo dito de prosperidade e crescimento acelerado, impulsionado pela demanda global por borracha. Algumas cidades, como Manaus (AM) e Belém (PA), por exemplo, tornaram-se centros de riqueza e inovação, com teatros opulentos e infraestrutura urbana moderna. No entanto, essa prosperidade teve um lado sombrio: explorava intensamente a mão de obra

DOI: 10.12957/rdc.2023 | ISSN 2317-7721

indígena e dos seringueiros sob condições muitas vezes desumanas. O legado desse período é sinalizado por injustiças, desigualdades sociais, econômicas e culturais, marcado tanto pelo avanço do capital pautado na extração de riquezas naturais, quanto por profundos danos e impactos ambientais.

Com esta apresentação cremos que este dossiê seja uma fonte valiosa de conhecimento, pesquisa e reflexão sobre questões críticas relacionadas à Amazônia e aos direitos humanos e às cidades; porque o direito à cidade, um conceito que abrange a acessibilidade a serviços urbanos, a participação na gestão urbana e o acesso à habitação adequada, é essencial para garantir que o crescimento das cidades amazônicas ocorra de maneira inclusiva e equitativa. Na região Amazônica, o desenvolvimento urbano enfrenta desafios únicos, dada a sua biodiversidade e a presença de povos originários. Estes grupos frequentemente enfrentam a marginalização e a exclusão dos processos de planejamento urbano, resultando em uma violação de seus direitos humanos fundamentais. Portanto, integrar o direito à cidade com a proteção dos direitos humanos é crucial para assegurar que o desenvolvimento amazônico seja sustentável e respeitoso às diversas culturas e ao meio ambiente. Além disso, o conceito de direito à cidade implica a responsabilidade de gerir os recursos urbanos de forma que beneficie todos os cidadãos e cidadãs, respeitando o ecossistema local. Consequentemente, inclui enfrentar desafios como o desmatamento, a exploração ilegal de recursos e a garantia de infraestruturas urbanas sustentáveis que respeitem as peculiaridades ambientais e culturais da Amazônia. Com isso, a abordagem integrada desses temas, nesta obra, é essencial para promover um desenvolvimento amazônico que seja humano, justo e ambientalmente responsável.

Agradecemos aos autores e às autoras por suas contribuições significativas para esta publicação da RDC/UERJ e do DHJUS/UNIR.

Professores Doutores

Aparecida Luzia Alzira Zuin

Delson Fernando Barcellos Xavier

Maurício Motta

Thaís Bernardes Maganhini